

**A VISIBILIDADE DOS SEM-TETO NO PLANO PILOTO DE BRASÍLIA
2000-2007**

Sainy C. B. Veloso*

Resumo:

Nesta investigação reflito, questiono e narro o passado-presente sociocultural da Nova Capital – Brasília, considerando o contraste visual das formas modernistas do *Plano Piloto* de Brasília e as tendas dos sem-teto em seus espaços urbanos. Para tanto, recorro a fontes oficiais e não-oficiais, entrevistas orais com os sem-teto e análise da letra da música “Brasília - Sinfonia da Alvorada” de Vinícius de Moraes e Tom Jobim.

Palavras-chave: sem-teto, visibilidade, criatividade.

Abstract:

In this investigation I reflect, question and narrate the sociocultural present-past of the New Capital - Brasília, considering the visual contrast of the modernist forms of Brasilia's Plano Piloto and the tents of the homeless in it's urban spaces. In order to do so, I employ official and unofficial sources, oral interviews with the homeless, and analyses of the lyrics to "Brasília - Sinfonia da Alvorada" by Vinícius de Moraes and Tom Jobim.

Keywords: homeless, visibility, creativity

Impossível habitar o *Plano Piloto*¹ de Brasília e não perceber o contraste entre o branco do arrojado traçado de seu conjunto arquitetônico e a proliferação das tendas de plástico preto, moradia dos sem-teto, em seus espaços urbanos. Eles dividem o mesmo espaço com uma população sedentária com um dos mais altos índices de qualidade de vida do país.

Considero os sem-teto como todos aqueles que por diferentes razões se encontram desabrigados no *Plano Piloto* de Brasília. Eles moram nas tendas montadas em vias públicas da cidade a maior parte do tempo; estão nas ruas há mais de seis meses; se encontram em situação de miséria; desempenham ocupações informais no *Plano Piloto*, tais como: lavador e vigia de carros; vendedor de balas, água, doces e chicletes nos semáforos e engraxate, entre outras dessa natureza; perambulam por diferentes motivos pelas ruas da cidade; sua sobrevivência física depende de uma rede secundária, ou seja, de doações da população local, entidades religiosas e/ou entidades públicas de assistência social; seus vínculos com a rede primária – a família e agrupamentos sociais de origem - estão enfraquecidos ou rompidos.

Nesse espaço, eles “somem e aparecem”, de acordo com suas conveniências, driblando os sistemas de controle, diferentemente dos movimentos organizados, como o Movimento dos

* Doutora em História Cultural e professora no Centro Universitário de Brasília – UniCeub.

¹ O *Plano Piloto* corresponde a área originalmente concebida para o poder público, político e administrativo. Posteriormente a cidade se expandiu para as cidades nucleares, chamadas cidades-satélites.

Sem-Terra – MST, e o Movimento dos Sem-Teto do Centro - MSTC, entidade de São Paulo/SP, dentre outros. De uma maneira geral, durante o dia os sem-teto escolhem os espaços escondidos da cidade para se instalarem, conquanto fugirem dos órgãos de vigilância social². No final da tarde, voltam para as vias urbanas, brincando de esconde-esconde com o espaço maior de visibilidade do espaço público, revelando uma história escondida pela história oficial. Silenciosos em suas práticas de visibilidades,³ conquanto desarticulados de formas de lutas grupais, tais como o MST e o MSTC, eles criam contradições e firmam a existência de conflitos sociais de relevância visual, uma vez que impõem, com suas práticas e fazeres, representações visuais nos espaços públicos de Brasília, criando tensas relações de poder. Em seus fazeres e práticas cotidianas eles transitam nas vias públicas em sentidos contrários aos estabelecidos, com carroças puxadas por cavalos ou carrinhos empurrados por eles; montam suas tendas e tomam banhos nas vias públicas; fixam varais com roupas para secar entre as árvores; chamam a atenção dos transeuntes com formas de vestir e pintar seus carrinhos. Eles cercam-se de tendas improvisadas e utensílios de fácil remoção do espaço público, caso necessitem fugir da vigilância panóptica⁴ das autoridades, como por exemplo, dos agentes sociais, da administração de Brasília e juizado de menores. Estes, por sua vez, agem por meio de representações de forma imediatista, protecionista, controladora e paternalista, sem propor uma ação efetiva para a resolução do problema, frente às políticas públicas às quais são sujeitados os sem-teto.

Marcando um campo de visibilidade no imponente conjunto arquitetônico do *Plano Piloto* de Brasília, os sem-teto com seus bricolados discursos visuais desenham entre-lugares com artefatos singulares. Invertem a função dos objetos recolhidos, como por exemplo, os plásticos, caixotes, plásticos, madeiras, objetos, compensados, e até mesmo jornais, acabam se transformando em painéis, estantes, bancos, guarda-roupas. Outras vezes, pintam seus carrinhos, colocam placas perdidas dos carros - com nome de suas cidades de origem, colam cd's velhos para sinalizarem seus percursos na noite urbana, constroem carrinhos-casas ambulantes, dentre outros.

² Em Brasília, os sem-teto reclamaram, em pesquisa de campo, do Centro de Desenvolvimento Social - CDS, Administração de Brasília e Juizado de Menores.

³ Considero visibilidade como o jogo de força e relações de poder das representações visuais, não restritas somente às questões perceptivas.

⁴ Termo originário do *panopticon* de Jeremy Bentham, estudado e questionado por Michel Foucault (1991) em *Vigiar e Punir*. Originalmente tratava-se de um utilitário pedagógico aplicável às instituições por meio de um modelo arquitetônico e disciplinar, voltado para a vigilância e punição de regras. Hoje, podemos percebê-lo nas câmaras vigiadoras da velocidade nas vias públicas, interiores de shoppings e escolas, dentre outras. Em Brasília, presenciamos a vigilância assídua e insistente das autoridades públicas para “limpar” seus espaços.

Os sem-teto habitam territórios inimagináveis como, por exemplo, um acampamento de sem-teto nos fundos do Palácio do Planalto, com aproximadamente quarenta pessoas, onde entrevistei Francisca Pedro da Silva, 57 anos, nascida em Pianco, Paraíba. Segundo ela, ao se referir aos órgãos de assistência social, administração pública e juizado de menores, afirmou: *Aqui eles não bota a mão, mão. O presidente tá ali.* Mesmo acreditando em uma suposta proteção do presidente da República, Francisca teve cinco filhos e netos neste acampamento, em situação de risco e abandono social. Eles vivem do lixo da Gráfica do Senado, - o resto que lhe coube do sistema capitalista -, entendido como um bem. Quando perguntei a Francisca como era morar na rua tanto tempo e nos fundos do quintal do presidente da República, ela respondeu-me simploriamente: *é bom, né, sê vizinho dele. Pra nós melhorô, os papel aumentou.*

Saber atuar nesses espaços é garantia de visibilidade para os sem-teto, é tornar conhecidas suas necessidades, carências e instrumentos de luta para e em sociedade, e neste sentido, a cidade é um ponto estratégico e centro das atenções da mídia. O que podemos exemplificar com a atuação do MST, defendendo idéias, práticas e reivindicações voltadas para a área rural, nas cidades brasileiras.

1. A alvorada de Brasília

A miséria a céu aberto, a fome, a doença, a degradação humana desorganiza a ordem e hegemonia das formas visuais “puras e brancas” do *Plano Piloto* de Brasília. Ela inicia nas tendas de lona preta dos sem-teto, o oposto da utópica cidade *branca e pura* cantada pela música *Brasília: Sinfonia da Alvorada*⁵:

[...] Era necessário convocar todas as forças vivas da Nação, todos os homens que, com vontade de trabalhar e confiança no futuro, pudessem erguer, num tempo novo, um novo Tempo.

E, à grande convocação que conclamava o povo para a gigantesca tarefa começaram a chegar de todos os cantos da imensa pátria os trabalhadores: os homens simples e quietos, com pés de raiz, rostos de couro e mãos de pedra, e que, no calcanho, em carro de boi, em lombo de burro, em paus-de-arara, por todas as formas possíveis e imagináveis, começaram a chegar de todos os lados da imensa pátria, sobretudo do Norte; foram chegando do Grande Norte, do Meio Norte e do Nordeste, em sua simples e áspera doçura; foram chegando em grandes levadas do Grande Leste, da Zona da Mata, do Centro-Oeste e do Grande Sul; foram chegando em sua mudez cheia de esperança, muitas vezes deixando para trás mulheres e

⁵ Conhecida como Sinfonia de Brasília, foi encomendada a Vinicius de Moraes e Tom Jobim pelo presidente Juscelino Kubitschek em fevereiro de 1958. Posteriormente, o presidente reiterou o convite através do arquiteto Oscar Niemeyer. A Sinfonia marcou a abertura da inauguração da capital em 21 de abril de 1960.

*filhos a aguardar suas promessas de melhores dias; foram chegando de tantos povoados, tantas cidades cujos nomes pareciam cantar saudades aos seus ouvidos, dentro dos antigos ritmos da imensa pátria...
[...] Para construir uma cidade branca e pura...
[...] Uma cidade de homens felizes...*

A utopia desta “Nova Era” sob o signo de uma nova capital para o Brasil, calcava-se na idéia ilusória de pureza, brancura e felicidade correspondente ao mito do original, cuja representação é aqui renovada, não obstante ainda presa às raízes do mito fundador do Brasil, fincada em 1500 pelos conquistadores europeus. A subjetiva idéia de felicidade, uma das grandes utopias da modernidade, ganhou força no século XVIII, quando foi atrelada à esfera do político⁶, prometendo a utópica efetivação de uma realidade jurídica, na qual apareceriam reconciliadas a Lei social e a satisfação subjetiva. Assim, a ação política que visa construir *uma cidade de homens felizes*, conforme se encontra na letra da música, deve produzir a reconciliação objetiva com a figura institucionalizada do Universal⁷: *uma cidade branca e pura*, sujeitada a uma Lei universalmente partilhada.

Assim, o conjunto arquitetônico do *Plano Piloto* de Brasília é construído com uma estética que se diz revolucionária sob o signo da ruptura e da emancipação. Esses homens, “os outros”, os anti-heróis candangos⁸ representavam *a força viva da Nação, homens com vontade de trabalhar e confiança no futuro*, entretanto, subordinados e sujeitados hierarquicamente ao outro. Homens servindo a um projeto não determinado por eles, todavia, partilhado ideologicamente na promessa e crença em um futuro melhor.

Purismo, brancura e felicidade foram, também, proposta de um movimento artístico surgido na França nos anos seguintes ao fim da Primeira Guerra, proposto por Le Corbusier (1887-1965) e pelo pintor e escritor Amedé Ozenfant (1886-1966). É justamente Le Corbusier o redator da “Carta de Atenas”, a qual irá determinar o modelo da chamada *Cidade Funcional*. A Carta prega a separação das áreas residenciais, de lazer e de trabalho, propondo, no lugar do caráter e da densidade das cidades tradicionais, uma cidade-jardim, na qual os edifícios se localizam em áreas verdes pouco densas. A universalidade das soluções

⁶ Em 3 de março de 1794, a declaração de Saint-Just, pronunciada na Tribuna da Convenção, anunciava: *A felicidade é uma idéia nova na Europa*. Para Saint-Just, a felicidade era uma idéia nova na Europa atrelada à esfera do político. Neste sentido, o primeiro parágrafo da Declaração que precede a Constituição de 1793 deixa evidente tal intento: *O objetivo da sociedade é a felicidade geral e o governo é seu defensor* (SAFATLE, 2007).

⁷ Ponto comum em todos os projetos de teoria política na modernidade, como em Kant e Hegel.

⁸ Etimologicamente a palavra tem origem na África e era empregada para referir-se aos portugueses que ali se aportavam. Em Brasília foi acrescentado à palavra um ligeiro traço pejorativo e referia-se aos trabalhadores braçais que ergueram a Nova Capital (OLIVEIRA, 2005).

arquitetônicas são pensadas para um *homem modular*⁹, sujeitado à arquitetura. Tais preceitos influenciaram o desenvolvimento das cidades européias após a Segunda Guerra Mundial e a criação do *Plano Piloto* de Brasília por Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. Atendendo a essa história a respeito de um “novo Brasil”, criou-se um discurso homogêneo, consistente e congruente com as exigências da construção da capital, expresso em diferentes linguagens como, por exemplo, na linguagem musical da “Sinfonia da Alvorada”, e na linguagem escrita da “Coleção Brasília”. Esta Coleção é uma coletânea histórica e científica sobre Brasília, devendo constar ao seu término, de dezoito volumes, reunindo livros, textos, revistas, discursos e fotografias para registrar a história da cidade. Ortogando a si próprio a realização de um sonho de todos os brasileiros, sonhado desde o século XVIII, o presidente JK, assim apelidado, se instaura como mito fundador¹⁰ e modula uma nova história para o Brasil a partir da nova capital federal. Assim, Brasília torna-se representativa de um signo que comportava em si um valor de congregação, imagem positiva de unidade fraterna e promessa de felicidade, tal como podemos perceber quando os poetas da “Sinfonia da Alvorada” concluem a letra da música, referindo-se aos brasileiros que vieram para construir a cidade.

Todavia, os candangos - assim chamados inicialmente por Juscelino Kubitschek –, reais construtores da cidade, foram alijados de seu projeto e do *Plano Piloto* ao término da mesma. Em 1958, antes da inauguração de Brasília, eles foram *retirados de acampamentos irregulares do espaço urbano da cidade, com aproximadamente 15 mil habitantes*, pelo seu primeiro prefeito, Israel Pinheiro (SOUZA, JACCOUD & MACHADO, 1996, p. 60). Fato extremamente irônico, ao considerarmos que estes acampamentos eram de operários que trabalharam na edificação da cidade, e contraditório à utopia¹¹ que envolveu a construção de Brasília, ou seja, a cidade representava a saída do país do subdesenvolvimento, povoamento da região central do Brasil e melhoria de vida para todos. De tal modo, a desigualdade social e exclusão é marca significativa no processo de formação da cidade. A partir dessa perspectiva histórica, percebo que o processo de exclusão dos trabalhadores, iniciado na construção da cidade, toma nova forma no tempo presente, quando inúmeros migrantes sem-teto, povoam as

⁹ Referência à arquitetura de Le Corbusier.

¹⁰ Estudado e comentado por Márcio Oliveira (2005). O autor trata o mito como invenções históricas e construções culturais, nas quais a representação ideológica serve aos interesses hegemônicos. Dessa maneira, essa representação permite afirmar que os índios são preguiçosos e sujos, os negros ignorantes e os nordestinos atrasados; alardear o orgulho de ser brasileiro calcado na isenção de preconceitos, da nossa mistura de raças e docilidade; permitir a prática da discriminação social e a tolerância com milhões de crianças morrendo de fome todos os dias.

¹¹ A construção de Brasília comportava o sonho de que a cidade tiraria o país do subdesenvolvimento.

vias da cidade, ainda em busca de trabalho e sobrevivência¹². Eles representam 40,9% da demanda migrante por trabalho, segundo dados do relatório do Centro de Albergamento Conviver-CEACON, de 2003. Este mesmo relatório, em sua conclusão, apontou a falta de perspectiva de inclusão dos sem-teto no mercado de trabalho, “*considerando o momento de desemprego estrutural, onde os empregadores passam a demitir trabalhadores para contratar outros, sendo contratada uma nova demanda de trabalhadores com maior grau de instrução e menores salários*” (CEACON, 2003, p. 7). Esse fato aponta para uma cruel realidade para os sem-teto: eles são uma categoria de pessoas descartáveis, sem perspectivas de reinserção no mercado de trabalho e conseqüentemente sem perspectivas para o futuro, o que passa a ser uma condenação às suas forças produtivas.

2. Brasília. Estranhos começos - exclusão e identidade

Historicamente, segundo o geógrafo Aldo Paviani (1985), Brasília já nasceu com um veredicto iníquo sobre seus espaços. É fato que a construção de seu *Plano Piloto* só foi possível graças à coragem e à crença dos pioneiros e candangos em estar construindo um país melhor, não só para si mesmos como também para seus filhos. Todavia, a história de ocupação e construção dos espaços físicos da cidade foi urdida nas lutas pela conquista da terra, cidadania e direito de morar, tal como podemos perceber na histórias das primeiras cidades-satélites, conforme nos conta Paviani.

O diretor da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, NOVACAP, de 1956 a 1961, Ernesto Silva (2006, 79) relata a pressa desumana em construir a cidade e o empenho coletivo motivado pela esperança de desenvolvimento e um melhor futuro para todos, quando afirma: “*Em primeiro lugar, por causa da determinação de Juscelino Kubitscheck, que impôs um trabalho de 24 horas ininterruptos*”. Lúcio Costa em sua última entrevista¹³ se pergunta: “*Porque a cidade é muito combatida? Ficou uma oportunidade perdida, porque o problema social não foi resolvido [...] desde o tempo da colônia, da escravidão, o Brasil era essencialmente um país escravo? [...] Como se pode, da noite pro*

¹² Segundo relatório da Secretaria de Ação Social – SEAS/GEPES, de 2003. Atualmente, o Distrito Federal conta com cerca de 2.043.000 habitantes. De acordo com dados da PNAD - Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios, de 2006, divulgados pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a região Centro-Oeste surge como um dos pólos de atração migratória no Brasil e, nesse contexto, o Distrito Federal se destaca por registrar que mais da metade dos seus moradores (51,8%) são imigrantes.

¹³ Realizada em 31 de maio de 1988, no Rio de Janeiro, pelo Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal, no Projeto Memória da Construção de Brasília.

dia, mudar?” O urbanista ainda comenta que os candangos, “os operários que trabalharam em Brasília foram jogados fora... eles podiam visitar todas elas. Não são. Não foram jogados fora, eles estão muito bem. Brasília e tudo mais”.

Lúcio Costa reconhece a cidade de Brasília como símbolo nacional identificado na Praça dos Três Poderes. Alega ser a cidade muito combatida pela oportunidade perdida em tratar a questão social, o que alega ser um tempo muito curto – o tempo de construção de Brasília – para resolver a questão social advinda de séculos. De maneira lacônica e dúbia, perfilha o Brasil como um país histórico e essencialmente escravo, deixando subtendida a exploração da mão-de-obra dos operários candangos, ao mesmo tempo em que afirma: “Não foram jogados fora, eles estão muito bem [...] eles podiam visitar todas elas”.

O presidente da Novacap, Israel Pinheiro (BAHOOUTH JR., 1978, p. 68), confirma esse processo de exclusão desde o início da construção de Brasília quando afirma: [...] *nem só de ‘graúdos’ e ‘funcionários’ a cidade era construída. Antes, muito antes, os primeiros aqui chegados, sem ‘dívida de mão beijada’, tinham apenas o direito de permanecer em Brasília, no máximo até 21 de abril, quando os tratores desapareceriam com a Cidade Livre.*

A despeito dessa afirmação inicialmente parecer de ordem democrática, justa e igualitária, essa *cidadania concedida*, tão bem discutida por Tereza Sales (1994) mostra sua face perversa quando, não mais servindo ao projeto de construção da nova capital, uma vez conclusa, os operários deveriam dela sair, em data estipulada para a inauguração da cidade. A construção da cidadania é assim vinculada, contraditoriamente, à não-cidadania do homem pobre e livre, dependente do senhor territorial, detentor do monopólio privado do poder, para usufruir seus direitos. Esse senhor tem o poder de assentar, conceder cidadania e dispô-la quando bem assim entender. Assim concedida, afirma Tereza Sales (1994), ela é reproduzida pela cultura como uma “dívida”. Entretanto, sua finalidade é exatamente o oposto. As relações de dependência, tutela, concessão, autoridade e favor são uma violência simbólica, norteadoras da prática política, social e cultural no Brasil. Na declaração de Israel Pinheiro, o Estado autoritário crê dispor do direito de ir e vir desses pioneiros em Brasília quando salienta seus direitos “de permanecer em Brasília no máximo até 21 de abril”. Dentro dessa lógica, esse “bem” em permanecer incluso é sempre o bem doado por alguém soberano e é, por vezes, exaltado como qualidade do caráter nacional. Podendo, inclusive, ser retirado quando este assim o quiser.

Durante as obras de construção de Brasília, burlando seu planejamento, inúmeras pessoas sem moradias, os primeiros sem-teto da cidade, desenvolveram dentro de seu *Plano*

Piloto pequenos focos de “invasões”, na maioria das vezes em torno de canteiros de obra, ali permanecendo após a conclusão da mesma. Assim teve início a invasão do IAPI - Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, posteriormente somada aos agrupamentos favelados denominados Vila Tenório, Vila Esperança, Vila Bernardo Sayão, dentre outras. Após a inauguração do *Plano Piloto* de Brasília, faltaram condições econômicas e sociais, ou seja, a oferta de emprego não crescia na mesma proporção, numérica e qualitativamente, face à demanda. Surge então, após 1960, uma política de implantação de grandes conjuntos habitacionais, intensamente exercida pela administração local, sem nenhuma infra-estrutura urbana ou comunitária.

Em 1969, com apenas nove anos de fundação, Brasília já contava com 70.128 favelados morando em 14.607 barracos, em condições subumanas, para uma população prevista de 500 mil habitantes em todo o Distrito Federal, como afirma o geógrafo Aldo Paviani (1997).

Em 1988 assume como governador do Distrito Federal, Joaquim Domingos Roriz, nomeado pelo então presidente José Sarney. Sua política eleitoreira retirou *do Plano Piloto* sessenta e quatro invasões e favelas, oferecendo lotes para as 130 mil famílias desalojadas e, com isso, diversas cidades foram construídas. A política de distribuição de lotes, desenvolvida por Joaquim Roriz, atraiu muitos migrantes que ainda vêm para Brasília em busca de um lote. Assim, o Distrito Federal iniciou a década de 90 com 1,6 milhões de pessoas, e menos da metade de seus habitantes estavam no *Plano Piloto* (MORELLI, 2002).

Não obstante Brasília ser considerada, pelo seu conjunto arquitetônico, desde 1987, Patrimônio Histórico da Humanidade pelo *World Heritage Committee*, da *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO), o *Plano Piloto* mostra ser hoje, em 2008, sitiado com inúmeras cidades-administrativas e invasões periféricas em terras da União. Grandes problemas de migração agravam a taxa de desemprego que subiu de 17,7% em julho para 18,1% em agosto (apud BARRETO, 2008), e jaz uma população que, não obstante órfã da terra prometida, insere-se no contexto eleitoral, estimado em 1.518.437 eleitores. Resta os sem-teto, o descaso como produção histórica no Brasil, com distintos significados, tanto no contexto da sociedade como no universo particular das pessoas atingidas.

Referências bibliográficas:

BARRETO, Rócio Stefson Neiva. Qualidade de vida no Distrito Federal. **Relatório** de Qualidade de Vida no Distrito Federal. Article Marketing Brasil. Disponível em: <http://www.artigosbrasil.net/art/politica/3069/qualidade-vida-brasilia.html>. Acesso em: 04/06/ 2008.

CENTRO DE ALBERGAMENTO CONVIVER – CEACON. SEAS/GEPES - Gerência Programática de Proteção Social do Distrito Federal. Taguatinga. **Relatórios**, 2000, 2003, 2005.

IBGE. SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS. **Pesquisa por Amostra de Domicílios (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**, 2004. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicadores2004/default.shtm>>. Acesso em: 04 jul. 2007.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: história da violência nas prisões. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1991.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE AÇÃO SOCIAL. DIRETORIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Relatórios anuais do perfil socioeconômico dos usuários atendidos no Centro de Albergamento Conviver/CEACON**, de 2003 a 2005.

MORELLI, Ana L. F. **Correio Braziliense: 40 anos** - Do pioneirismo à consolidação - Universidade de Brasília, 2002.

OLIVEIRA, Márcio. **Brasília**: o mito na trajetória da nação. Brasília: Biblioteca Brasília/Paralelo 15, 2005.

PAVIANI, Aldo. **Brasília, ideologia e realidade**: espaço urbano em questão. São Paulo: Projeto, 1985.

_____. Brasília: cidade e capital. In: NUNES, Brasilmar Ferreira et al. (Org.). **Brasília: a construção do cotidiano**. Brasília, DF: Paralelo 15, 1997.

SAFATLE, Vladimir. Pós-modernidade: utopia do capitalismo. **Revista Virtual Trópico**, São Paulo. Disponível em: < <http://p.php.uol.com.br/tropico/html/textos/2446.1>. Acesso em: 18 abr. 2007.

SALES, Teresa. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n.25, ano 9, jun. 1994, p. 26-37.

SILVA, Ernesto. O grito de alerta. Entrevista **Revista virtual Brasília em Dia**. Disponível em: <http://www.brasiliaemdia.com.br/2006/10/6/Pagina979.htm>. Acesso em: 05/12/2006.

SOUSA, N. B; MACHADO, M. S.; JACCOUD, L. de B. Taguatinga: uma história candanga. In: PAVIANI, A. (Org.). **Brasília: moradia e exclusão**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1996.